

## REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS

### MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Data da Atualização

28/06/2024

Número	Sumário	Origem	Âmbito
Lei 288/1907	Estabelece condições para edificação, reconstrução ou reforma de prédio na parte referente às instalações de esgotos.	Governo Municipal	Santos - SP
Decreto 20931/32	Regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil, e estabelece penas.	Governo Federal	Federal
Decreto 6911/35	Aprova o Regulamento da Delegacia Especializada de fiscalização de explosivos, armas e munições, subordinada a Superintendência de Ordem Política e Social.	Governo Estadual	Estadual - SP
Decreto-Lei 5452/43	Aprova a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho	Governo Federal	Federal
Lei 5194/66	Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
Lei 3526/68	Dispõe sobre a obrigatoriedade de dedetização dos estabelecimentos que especifica, e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Lei 3531/68	Institui o Código de Posturas do Município de Santos e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Decreto-Lei 195A/70	Dispõe sobre a proteção dos recursos hídricos contra agentes poluidores.	Governo Estadual	Estadual - SP
Lei 997/76	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.	Governo Estadual	Estadual - SP
Decreto 8468/76	Aprova o Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.	Governo Estadual	Estadual - SP
Lei 1380/77	Dispõe sobre o controle da potabilidade da água e dá outras providências correlatas	Governo Estadual	Estadual - SP
Lei 6496/77	Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional; e dá outras providências.	Governo Federal	Federal

## REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS

### MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Data da Atualização

28/06/2024

Lei 6514/77	Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
NR 20	Líquidos combustíveis e inflamáveis	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
NR 24	Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
NR 01	Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
NR 04	Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
NR 08	Edificações.	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
NR 11	Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais.	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
NR 12	Segurança no trabalho em Máquinas e Equipamentos	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
NR 15	Atividades e operações insalubres.	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
NR 16	Atividades e Operações Perigosas	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
NR 19	Explosivos.	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
NR 21	Trabalhos a Céu Aberto.	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal

## REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS

### MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Data da Atualização

28/06/2024

NR 23	Proteção Contra Incêndios.	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
NR 26	Sinalização de Segurança.	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
Decreto 12342/78	Aprova o Regulamento a que se refere o art. 22 do Decreto-Lei n. 211, de 30 de março de 1970, que dispõe sobre normas de promoção, preservação e recuperação da saúde no campo de competência da Secretaria de Estado da Saúde.	Governo Estadual	Estadual - SP
Portaria 443/78	Aprova normas sobre o controle de qualidade da água em instalações prediais.	MS - Ministério da Saúde	Federal
Portaria 53/79	Determina que os projetos específicos de tratamento e disposição de resíduos sólidos, ficam sujeitos à aprovação do órgão estadual competente.	MINTER - Ministério do Interior	Federal
Portaria 92/80	Estabelece padrões, critérios e diretrizes relativos a emissão de sons e ruídos.	MINTER - Ministério do Interior	Federal
Portaria 100/80	Dispõe sobre a emissão de fumaça por veículos movidos a óleo diesel.	MINTER - Ministério do Interior	Federal
Portaria 124/80	Estabelece normas para a localização de indústrias potencialmente poluidoras junto à coleções hídricas.	MINTER - Ministério do Interior	Federal
Lei 6839/80	Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.	Governo Federal	Federal
Lei 6938/81	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
Instrução Normativa 01/83	Disciplina as condições de armazenamento e transporte de bifenilas policloradas (PCBs) e/ou resíduos contaminados com PCBs.	SEMA/STC/CRS	Federal
Decreto 88821/83	Aprova o Regulamento para a execução do serviço de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos, e dá outras providências.	Governo Federal	Federal

**REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS  
MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL**

Data da Atualização

28/06/2024

Lei 7410/85	Dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e da outras providências.	Governo Federal	Federal
Resolução 01-A/86	Dispõe sobre o transporte de produtos perigosos em território nacional.	CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	Federal
Decreto 92530/86	Regulamenta a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
Lei 5005/86	Institui o Sistema de Conservação do Solo e Água no Estado de São Paulo.	Governo Estadual	Estadual - SP
Lei 5352/86	Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipamento de proteção em veículos de transporte de cargas ou produtos que específica	Governo Estadual	Estadual - SP
Decreto 93412/86	Revoga o Decreto nº 92.212, de 26 de dezembro de 1985, regulamenta a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, que institui salário adicional para empregados do setor de energia elétrica, em condições de periculosidade e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
Resolução 09/87	Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental.	CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	Federal
Decreto 96044/88	Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, e dá outras Providências.	Governo Federal	Federal
Lei 625/89	Dispõe sobre a obrigatoriedade do controle das pragas nos estabelecimentos que menciona, e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Resolução 01/90	Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política.	CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	Federal
Decreto 99274/90	Regulamenta a Lei 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
NBR 11174	Armazenamento de resíduos classes II - não inertes e III - inertes - Procedimento	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal

**REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS**  
**MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL**

Data da Atualização

28/06/2024

NBR 11175	Incineração de resíduos sólidos perigosos - Padrões de desempenho - Procedimento	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Lei 8080/90	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
NR 17	Ergonomia.	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
Comunicado 36/91	Dispõe sobre a necessidade de higienização e desinfecção dos reservatórios de água de consumo humano.	CVS - Centro de Vigilância Sanitária	Estadual - SP
Resolução 359/91	Dispõe sobre o exercício profissional, o registro e as atividades do Engenheiro de Segurança do Trabalho, e dá outras providências.	CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Federal
Lei 7663/91	Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	Governo Estadual	Estadual - SP
NBR 12235	Armazenamento de resíduos sólidos perigosos - Procedimento.	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Decisão Normativa 45/92	Dispõe sobre a fiscalização dos serviços técnicos de geradores de vapor e vasos sob pressão.	CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Federal
Resolução 05/93	Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários.	CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	Federal
Lei 8723/93	Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
Lei 54/93	Dispõe sobre limpeza de terrenos, construções de muros e passeios e dá outras providências.	Governo Municipal	Bertioga - SP
Resolução 587/94	Aprova Instrução Normativa que regulamenta a Notificação e o Fluxo de Acidentes do Trabalho, no âmbito do Estado de São Paulo.	SES - Secretaria de Estado de Saúde	Estadual - SP

## REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS

### MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Data da Atualização

28/06/2024

NR 13	Caldeiras, Vasos de Pressão, Tubulações e Tanques Metálicos de Armazenamento	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
NR 07	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
NR 09	Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
Lei 8987/95	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
Lei 9294/96	Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.	Governo Federal	Federal
Decreto 2018/96	Regulamenta a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º, art. 220, da Constituição Federal.	Governo Federal	Federal
Portaria 85/96	Cria o Programa Interno de Autofiscalização da Correta Manutenção da Frota quanto a Emissão de Fumaça Preta para os veículos movidos a óleo Diesel e auxiliar na fiscalização em Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M.	IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	Federal
Lei 205/96	Dispõe sobre a criação do serviço de prevenção e controle de zoonoses, e dá outras providências.	Governo Municipal	Bertioga - SP
Lei 9494/97	Dispõe sobre as condições de uso de recipientes transportáveis de aço para gás liquefeito de petróleo (GLP) e dá outras providências	Governo Estadual	Estadual - SP
Lei 9502/97	Dispõe sobre avisos a serem fixados nas portas externas dos elevadores instalados nas edificações públicas e particulares.	Governo Estadual	Estadual - SP
Lei 9509/97	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.	Governo Estadual	Estadual - SP
Portaria 326/97	Regulamento Técnico sobre as condições higiênicas-sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos produtores e industrializadores de alimentos.	MS - Ministério da Saúde	Federal

## REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS

### MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Data da Atualização

28/06/2024

Lei 9503/97	Institui o Código de Trânsito Brasileiro. (CTB)	Governo Federal	Federal
Resolução 237/97	Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental	CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	Federal
Portaria 01/98	Exigência de boas práticas de produção e elaboração de alimento/prestação de serviços de acordo com as atividades desenvolvidas.	CVS - Centro de Vigilância Sanitária	Estadual - SP
Resolução 14/98	Estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação e dá outras providências.	CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito	Federal
Resolução Conjunta 01/98	Aprova as Diretrizes Básicas e Regulamento Técnico para apresentação e aprovação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde.	SES/SMA/SJDC - Secretaria da Saúde, Meio Ambiente e da Justiça e da Defesa da	Estadual - SP
Lei 294/98	Institui o Código Ambiental de Bertioga e dá outras providências.	Governo Municipal	Bertioga - SP
Portaria 3523/98	Aprova o Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes ao procedimento de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a	MS - Ministério da Saúde	Federal
Lei 316/98	Institui o Código de Obras e Edificações e adota providências pertinentes	Governo Municipal	Bertioga - SP
Lei Complementar 321/98	Dispõe sobre os critérios de elaboração, análise e implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde - PGRSSS, por estabelecimentos geradores desses resíduos, sediados no Município de Santos, e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Lei 326/99	Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de caderneta de obras nas edificação e dá outras providências	Governo Municipal	Bertioga - SP
NR 05	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio - CIPA	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
Resolução 49/99	Define os procedimentos para utilização de restos alimentares provenientes dos estabelecimentos geradores desses resíduos para a alimentação de animais.	SES - Secretaria de Estado de Saúde	Estadual - SP

## REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS

### MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Data da Atualização

28/06/2024

Lei 9795/99	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
Decreto 3048/99	Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
Manual CETESB	Manual de gerenciamento de áreas contaminadas.	CETESB - Companhia Ambiental do Estado de SP	Estadual - SP
Resolução 437/99	Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART relativa às atividades dos Engenheiros e Arquitetos, especialistas em Engenharia de Segurança do Trabalho e dá outras providências.	CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Federal
Portaria 81/99	Disciplina o procedimento de coleta, transporte e recebimento de óleo lubrificante usado ou contaminado.	CAT - Coordenadoria da Administração Tributária	Estadual - SP
NBR 13714	Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Resolução 03/00	Dispõe sobre as relações que fixam a toxicidade permissível aos organismos aquáticos, e dá outras providências.	SMA - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual - SP
Lei 9966/00	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
Decreto 44954/00	Dispõe sobre a definição do campo de atuação do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária e a necessidade da integração intergovernamental das informações referentes ao Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária - CEVS, às licenças de funcionamento, aos termos de responsabilidade técnica e,	Governo Estadual	Estadual - SP
Portaria 09/00	Norma Técnica para empresas prestadoras de serviço em controle de vetores e pragas urbanas.	CVS - Centro de Vigilância Sanitária	Estadual - SP
Resolução 275/01	Estabele o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva.	CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	Federal
Lei 10888/01	Dispõe sobre o descarte final de produtos potencialmente perigosos do resíduo urbano que contenham metais pesados e dá outras providências	Governo Estadual	Estadual - SP



## REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS

### MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Data da Atualização

28/06/2024

NR 06	Equipamento de Proteção Individual - EPI	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
Lei 1972/01	Institui norma técnica especial relativa as condições de funcionamento e das instalações das empresas prestadoras de serviço de segurança com	Governo Municipal	Santos - SP
Lei Complementar 441/01	Institui a autovistoria das edificações não unifamiliares e dos seus elementos que estejam sobre logradouro público.	Governo Municipal	Santos - SP
Lei Complementar 451/02	Institui o Programa de Combate e Prevenção à Dengue no Município e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Lei 2008/02	Dispõe sobre a instalação de sinalização em braile nos painéis dos elevadores dos edifícios localizados no município e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Decreto 4281/02	Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
Resolução 306/02	Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais.	CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	Federal
Resolução 307/02	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.	CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	Federal
Resolução 313/02	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.	CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	Federal
Decreto 47400/02	Regulamenta dispositivos da Lei Estadual no 9.509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental, estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação, estabelece prazo de análise dos requerimentos e	Governo Estadual	Estadual - SP
NR 30	Segurança e Saúde do trabalho aquaviário.	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
Resolução 09/03	Determina a publicação de Orientação Técnica elaborada por Grupo Técnico Assessor, sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo	ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Federal

## REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Data da Atualização

28/06/2024

Norma Técnica P4.261	Manual de orientação para a elaboração de estudos de análise de riscos.	CETESB - Companhia Ambiental do Estado de SP	Estadual - SP
Decreto 48138/03	Institui medidas de redução de consumo e racionalização do uso de água no âmbito do Estado de São Paulo.	Governo Estadual	Estadual - SP
Decreto 4871/03	Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
Instrução Normativa 98/03	Aprova Norma Técnica sobre Lesões por Esforços Repetitivos - LER ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho - DORT.	INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	Federal
NBR 10004	Resíduos sólidos - Classificação	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Resolução 216/04	Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.	ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Federal
NBR 5410	Instalações elétricas de baixa tensão	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
NR 10	Segurança em instalações e serviços em eletricidade.	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
NR 25	Resíduos Industriais.	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
Nota Técnica 16/05	Estabelecer normas técnicas aplicáveis à segurança em Prensas e equipamentos similares.	SIT - Secretaria de Inspeção do Trabalho	Federal
Resolução 65/05	Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao Controle e Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano no Estado de São Paulo e dá outras providências.	SES - Secretaria de Estado de Saúde	Estadual - SP
Resolução 358/05	Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.	CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	Federal

**REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS  
MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL**

Data da Atualização

28/06/2024

Resolução 362/05	Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.	CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	Federal
Lei 659/05	Disciplina normas gerais e básicas para acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência visual, e dá outra providências.	Governo Municipal	Bertioga - SP
NR 32	Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde.	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
Lei 12153/05	Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de copos descartáveis em restaurantes, bares e estabelecimentos congêneres.	Governo Estadual	Estadual - SP
Lei 12254/06	Dispõe sobre a responsabilidade das empresas pela lavagem dos uniformes usados por seus empregados no Estado de São Paulo.	Governo Estadual	Estadual - SP
Lei 12288/06	Dispõe sobre a eliminação controlada dos PCBs e dos seus resíduos, a descontaminação e da eliminação de transformadores, capacitores e demais equipamento elétricos que contenham PCBs, e dá providências correlatas.	Governo Estadual	Estadual - SP
Lei 12300/06	Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.	Governo Estadual	Estadual - SP
NR 29	Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
Lei 11337/06	Determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétrico	Governo Federal	Federal
NR 33	Segurança e saúde nos trabalhos em Espaços Confinados.	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
Lei 12525/07	Dispõe sobre análise físico-química e bacteriológica da água potável de mesa e mineral comercializada no Estado de São Paulo e estabelece providências para a preservação e a fiscalização da sua qualidade para o consumo humano.	Governo Estadual	Estadual - SP
Lei 12526/07	Estabelece normas para a contenção de enchentes e destinação de águas pluviais.	Governo Estadual	Estadual - SP

**REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS**  
**MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL**

Data da Atualização

28/06/2024

Instrução Normativa 146/07	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influencia de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao	IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	Federal
Resolução 227/07	Estabelece requisitos referentes aos sistemas de iluminação e sinalização de veículos.	CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito	Federal
Decisão 215-E/07	Dispõe sobre a sistemática para avaliação de incômodo causado por vibrações geradas em atividades poluidoras.	CETESB - Companhia Ambiental do Estado de SP	Estadual - SP
NBR 9191	Sacos plásticos para acondicionamento de lixo - Requisitos e métodos de ensaio	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Resolução 398/08	Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, instalações de ar condicionado - sistemas centrais e unitários.	CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	Federal
NBR 16401	Parte 1: Projetos das instalações; Parte 2: Parâmetros de conforto térmico;	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Portaria 21/08	Aprova a Norma Técnica sobre Gerenciamento de Resíduos Perigosos de Medicamentos em Serviços de Saúde.	CVS - Centro de Vigilância Sanitária	Estadual - SP
Resolução 401/08	Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá	CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	Federal
NBR 12779	Mangueira de incêndio - Inspeção, manutenção e cuidados.	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Decreto 54311/09	Institui a Política Estadual para o Controle do Fumo, regulamenta a Lei n. 13.541, de 7 de maio de 2009, que proíbe o consumo de produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco, em ambientes de uso coletivo, total ou parcialmente fechados, e dá providências correlatas.	Governo Estadual	Estadual - SP
Lei 13541/09	Proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma que especifica.	Governo Estadual	Estadual - SP
Lei 13576/09	Institui normas e procedimentos para a reciclagem, gerenciamento e destinação final de lixo tecnológico.	Governo Estadual	Estadual - SP

**REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS  
MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL**

Data da Atualização

28/06/2024

Resolução Conjunta 03/09	Dispõe sobre os ambientes de uso coletivo a que se refere o § 1 do artigo 2 da Lei n. 13.541, de 07 de maio de 2009, bem como acerca dos avisos e da dosimetria das multas, constantes, respectivamente, dos artigos 7, inciso I, e 12 do Decreto n. 54.311/09.	SES/SJDC - Secretaria da Saúde e da Justiça e da Defesa da Cidadania	Estadual - SP
Decreto 54645/09	Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.300 de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e altera o inciso I do artigo 74 do Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976.	Governo Estadual	Estadual - SP
Resolução 58/09	Estabelece procedimentos de publicidade para emissão de licença, alvará e autorização de supressão de vegetação ou de intervenção em área especialmente protegida.	SMA - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual - SP
Resolução 416/09	Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências.	CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	Federal
Resolução 420/09	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas	CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	Federal
Resolução 422/10	Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras	CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	Federal
Decreto 55660/10	Institui o Sistema Integrado de Licenciamento, cria o Certificado de Licenciamento Integrado, e dá providências correlatas.	Governo Estadual	Estadual - SP
Lei 12305/10	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
Resolução 42/10	Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos, pelos serviços de saúde do País, e dá outras providências.	ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Federal
Comunicado 06/11	Limpeza e Desinfecção de caixas-d'água.	CVS - Centro de Vigilância Sanitária	Estadual - SP
Lei 14466/11	Proíbe o uso, por profissionais da área da saúde, de equipamentos de proteção individual fora do ambiente de trabalho.	Governo Estadual	Estadual - SP
Lei 14470/11	Dispõe sobre a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, na forma que especifica.	Governo Estadual	Estadual - SP

**REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS**  
**MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL**

Data da Atualização

28/06/2024

Resolução 51/11	Dispõe sobre os requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e dá outras providências.	ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Federal
Resolução 63/11	Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.	ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Federal
Lei 14626/11	Institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, e dá providências correlatas.	Governo Estadual	Estadual - SP
Resolução 1980/11	Fixa regras para cadastro, registro, responsabilidade técnica e cancelamento para as pessoas jurídicas, revoga a Resolução CFM nº 1.971, publicada no D.O.U. de 11 de julho de 2011 e dá outras providências.	CFM - Conselho Federal de Medicina	Federal
Resolução 50/02	Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.	ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Federal
NR 35	Trabalho em altura.	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	Federal
Instrução Normativa 02/12	Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.	IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	Federal
Instrução Normativa 05/12	Dispõe sobre o procedimento transitório de autorização ambiental para o exercício da atividade de transporte marítimo e interestadual, terrestre e fluvial, de produtos perigosos.	IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	Federal
Lei 12651/12	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n. 2.166/67, de 24 de	Governo Federal	Federal
Lei Complementar 780/12	Dispõe sobre a limpeza dos aparelhos e respectivos sistemas de ar condicionado instalados nas edificações e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Decreto 7830/12	Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
Resolução 94/12	Regulamenta os procedimentos relativos ao Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras	SMA - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual - SP

**REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS  
MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL**

Data da Atualização

28/06/2024

Resolução 103/12	Dispõe sobre a fiscalização do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.	SMA - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual - SP
Lei Complementar 792/13	Institui o Programa Municipal de Gerenciamento dos Resíduos sólidos da Construção Civil - PMGRSCC, e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Instrução Normativa 01/13	Regulamenta o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP) e dá outras providências.	IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	Federal
NBR 12809	Resíduos de serviços de saúde - Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde intraestabelecimento	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
NBR 12807	Resíduos de serviços de saúde - Terminologia.	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Lei 12815/13	Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis n. 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de	Governo Federal	Federal
Decreto 59261/13	Institui o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo SICAR-SP, e dá providências correlatas.	Governo Estadual	Estadual - SP
Decreto 8127/13	Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, altera o Decreto nº 4.871, de 6 de novembro de 2003, e o Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
Resolução 2056/13	Disciplina os departamentos de Fiscalização nos Conselhos Regionais de Medicina, estabelece critérios para a autorização de funcionamento dos serviços médicos de quaisquer naturezas, bem como estabelece critérios mínimos para seu funcionamento, vedando o funcionamento daqueles que	CFM - Conselho Federal de Medicina	Federal
Resolução 2062/13	Dispõe sobre a interdição ética, total ou parcial, do exercício ético-profissional do trabalho dos médicos em estabelecimentos de assistência médica ou hospitalização de qualquer natureza, quer pessoas jurídicas ou consultórios privados, quando não apresentarem as condições exigidas como	CFM - Conselho Federal de Medicina	Federal
NBR 13971	Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento - Manutenção programada.	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Lei 1101/14	Dispõe sobre ruídos urbanos, proteção do bem estar e do sossego público, e dá outras providências.	Governo Municipal	Bertioga - SP

**REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS  
MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL**

Data da Atualização

28/06/2024

Decreto 8235/14	Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto n. 7.830, de 17 de outubro de 2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências.	Governo Federal	Federal
Instrução Normativa 02/14	Dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural - CAR.	MMA - Ministério do Meio Ambiente	Federal
Lei Complementar 842/14	Dispõe sobre a colocação de bituqueiras ou recipientes similares para a coleta de pontas ou bitucas de cigarros e congêneres nas imediações de estabelecimentos do Município de Santos e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Lei Complementar 1257/15	Institui o Código estadual de proteção contra Incêndios e Emergências e dá providências correlatas.	Governo Estadual	Estadual - SP
NBR 5419-1	Proteção contra descargas atmosféricas Parte 1: Princípios gerais	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
NBR 5419-2	Proteção contra descargas atmosféricas Parte 2: Gerenciamento de risco. [Esta versão corrigida da ABNT NBR 5419-2:2015 incorpora a Errata 1, de 02.07.2018]	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
NBR 5419-3	Proteção contra descargas atmosféricas Parte 3: Danos físicos a estruturas e perigos à vida. [Esta versão corrigida da ABNT NBR 5419-3:2015 incorpora a Errata 1, de 02.07.2018. Confirmada em 23.09.2020]	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
NBR 5419-4	Proteção contra descargas atmosféricas Parte 4: Sistemas elétricos e eletrônicos internos na estrutura. [Esta versão corrigida da ABNT NBR 5419:2015 incorpora a Errata 1, de 03.07.2018]	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Lei 13146/15	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Cota para pessoas portadoras de deficiência	Governo Federal	Federal
Lei Complementar 890/15	Torna obrigatória a afixação, nos elevadores de prédios residenciais, comerciais ou públicos, de placa contendo instruções de como agir em caso de pane em elevador, e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Lei Complementar 904/15	Dispõe sobre a coleta e a reciclagem de óleos e gorduras de origem animal ou vegetal de uso culinário, e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
NBR 14001	Sistemas da gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal



## REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS

### MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Data da Atualização

28/06/2024

NBR 12808	Resíduos de serviço de saúde - Classificação.	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
NBR 12962	Extintores de incêndio - Inspeção e manutenção	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Lei Complementar 952/16	Disciplina o gerenciamento dos resíduos sólidos que especifica, e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Portaria 1631/17	Aprova as regras e as condições para o enquadramento de usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos e reservatórios de acumulação que independem de outorga.	DAEE - Depto. de Águas e Energia Elétrica	Estadual - SP
Lei Complementar 973/17	Dispõe sobre o manejo da vegetação de porte arbóreo no município, e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Portaria 05/17	Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.	MS - Ministério da Saúde	Federal
NBR 10152	Acústica - Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações. [Esta versão corrigida da ABNT NBR 10152:2017 incorpora a Errata 1, de 31.03.2020 - Confirmada em 27.01.2022]	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Norma de Higiene Ocupacional NHO 11	Avaliação dos níveis de iluminação em ambientes internos de trabalho	FUNDACENTRO	Federal
Lei 1292/18	Institui o Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil no Município de Bertioga e dá outras providências.	Governo Municipal	Bertioga - SP
NBR 13853	Recipientes para resíduos de serviços de saúde perfurantes ou cortantes - Requisitos e métodos de ensaio Parte 1: Recipientes descartáveis [Esta versão corrigida da ABNT NBR 13853-1:2018 incorpora a Errata 1, de 24.01.2020].	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
NBR 7195	Cores para segurança.	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Portaria 5578/18	Condições e procedimentos para a instalação e a operação de equipamentos medidores de vazões e volumes de água captados ou derivados, relacionados com outorgas de direito de uso de recursos hídricos ou sua dispensa.	DAEE - Depto. de Águas e Energia Elétrica	Estadual - SP

**REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS**  
**MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL**

Data da Atualização

28/06/2024

Portaria 5579/18	Dispõe sobre procedimentos relativos à declaração periódica de medições de volumes relacionados a usos e interferências de recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do Estado de São Paulo	DAEE - Depto. de Águas e Energia Elétrica	Estadual - SP
Decreto 9579/18	Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais	Governo Federal	Federal
Decreto 63911/18	Institui o Regulamento de Segurança Contra Incêndios das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo e dá providências correlatas	Governo Estadual	Estadual - SP
Portaria 6987/18	Estabelece as condições e os procedimentos a serem adotados pelos USUÁRIOS com relação à declaração da medição de dados hidrométricos de cada ponto de captação ou derivação e o envio desta informação ao DAEE, em tempo real, conforme disposto no § 3º do artigo 5º e no artigo 7º da	DAEE - Depto. de Águas e Energia Elétrica	Estadual - SP
Lei Complementar 1025/19	Institui o Código de Edificações no Município de Santos e adota providências correlatas	Governo Municipal	Santos - SP
IT 08	Segurança estrutural contra incêndio	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP
IT 09	Compartimentação horizontal e compartimentação vertical	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP
IT 10	Controle de materiais de acabamento e de revestimento	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP
IT 11	Saídas de Emergência.	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP
IT 15	Controle de Fumaça.	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP
IT 16	Gerenciamento de riscos de incêndio	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP
IT 19	Sistema de detecção e alarme de incêndio.	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP

## REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS

### MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Data da Atualização

28/06/2024

IT 20	Sinalização de Emergência.	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP
IT 21	Sistema de proteção por extintores de incêndio.	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP
IT 22	Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio.	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP
IT 23	Sistemas de chuveiros automáticos	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP
IT 25	Líquidos combustíveis e inflamáveis.	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP
IT 28	Manipulação, armazenamento, comercialização e utilização de gás liquefeito de petróleo (GLP)	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP
IT 36	Pátio de contêineres	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP
IT 41	Inspeção visual em instalações elétricas de baixa tensão	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP
IT 43	Adaptação às normas de segurança contra incêndio - edificações existentes.	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP
NBR 10151	Acústica - Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas - Aplicação de uso geral [Esta versão corrigida da ABNT NBR 10151:2019 incorpora a Errata 1, de 31.03.2020]	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Decreto 9847/19	Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.	Governo Federal	Federal
IT 17	Brigada de incêndio	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP
Lei Complementar 1058/19	Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipe de bombeiro civil, nos estabelecimentos que especifica, e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Decreto 10088/19	Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil.	Governo Federal	Federal

## REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS

### MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Data da Atualização

28/06/2024

Portaria 147/19	Dispõe sobre procedimentos administrativos para o exercício de atividades com explosivos e seus acessórios e produtos que contêm nitrato de amônio.	COLOG - Comando Logístico	Federal
Lei 13979/20	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	Governo Federal	Federal
Decreto 64842/20	Regulamenta a regularização ambiental de imóveis rurais no Estado de São Paulo, nos termos da Lei federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e da Lei estadual nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015, e dá providências correlatas	Governo Estadual	Estadual - SP
Portaria 6730/20	Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.	SEPRT - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	Federal
Portaria 6734/20	Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.	SEPRT - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	Federal
NBR 12810	Resíduos de serviços de saúde - Gerenciamento extraestabelecimento - Requisitos	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Ofício Circular SEI 1088/20	Orientações Gerais aos Trabalhadores e Empregadores em razão da Pandemia da COVID-19	SIT - Secretaria de Inspeção do Trabalho	Federal
S/N	Orientações Gerais - Máscaras faciais de uso não profissional	ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Federal
Nota Informativa 03/20	Uso de máscaras - Tecidos recomendados para utilização	MS - Ministério da Saúde	Federal
Decreto 8932/20	Adota medidas adicionais aos Decretos nº 8.896, de 19 de março de 2020, e nº 8.898, de 20 de março de 2020, dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
NBR 15219	Plano de emergência contra incêndio - Requisitos e procedimentos.	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Decreto 8944/20	Adota medidas adicionais aos Decretos nº 8.896, de 19 de março de 2020, nº 8.898, de 20 de março de 2020, e nº 8.932, de 07 de abril de 2020, e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Nota Técnica ANVISA 04/20	Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-COV-2).	ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Federal
Portaria 18/800/20	Cadastro da Brigada de Incêndio no processo de regularização das edificações e áreas de risco	CB - Corpo de Bombeiros	Estadual - SP
Comunicado CVS-SAMA 17/20	Descarte de máscaras de proteção facial para prevenção da transmissão de COVID-19.	CVS - Centro de Vigilância Sanitária	Estadual - SP
Resolução 70/20	Aprova "Orientações Técnicas para Vigilância e Atenção à Saúde dos Trabalhadores e População expostas ao amianto e com doenças relacionadas", e dá providências correlatas.	Governo Estadual	Estadual - SP
Lei 4810/20	Dispõe sobre a obrigatoriedade de aferição de temperatura em todos os estabelecimentos comerciais públicos e privados para enfrentamento da Pandemia	Governo Municipal	Guarujá - SP
Lei 4812/20	Institui a Política Municipal de Educação Ambiental de Guarujá, e dá outras providências.	Governo Municipal	Guarujá - SP

**REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS**  
**MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL**

Data da Atualização

28/06/2024

Decreto 8980/20	Dispõe sobre o funcionamento parcial e condicionado de estabelecimentos comerciais e empresariais, prestadores de serviços e outras atividades no município de Santos, nos casos e nas condições que especifica, revoga o decreto nº 8.969, de 07 de junho de 2020, e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Portaria 1565/20	Estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro.	MS - Ministério da Saúde	Federal
Portaria Conjunta 20/20	Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho (orientações gerais). (Processo nº 19966.100581/2020-51).	SEPRT/MS - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e Ministério da Saúde	Federal
Resolução 789/20	Consolida normas sobre o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos.	CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito	Federal
Resolução 96/20	Dispõe sobre as ações de Vigilância Sanitária no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária - Sevisa, para fiscalização do uso correto de máscaras nos estabelecimentos comerciais, prestação de serviços, bem como pela população em geral, e dá providências decorrentes.	CVS - Centro de Vigilância Sanitária	Estadual - SP
Portaria 280/20	Regulamenta os arts. 56 e 76 do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, e o art. 8º do Decreto nº 10.388, de 5 de junho de 2020, institui o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR nacional, como ferramenta de gestão e documento declaratório de implantação e	MMA - Ministério do Meio Ambiente	Federal
Decreto 9001/20	Dispõe sobre o funcionamento parcial e condicionado de estabelecimentos comerciais e empresariais, prestadores de serviços e outras atividades no Município de Santos, nos casos e nas condições que especifica, e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Portaria 20/20	Disciplina, no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária - Sevisa, a atuação das clínicas, serviços e empresas de medicina do trabalho no enfrentamento da pandemia da Covid-19.	CVS - Centro de Vigilância Sanitária	Estadual - SP
ABNT PR 1002	Máscaras de proteção respiratória de uso não profissional - Guia de requisitos básicos para métodos de ensaio, fabricação e uso - Ed.2	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Decreto 9050/20	Dispõe sobre os horários de funcionamento de estabelecimentos e atividades no Município de Santos, nos casos e condições que especifica, e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Instrução Normativa 174/20	Estabelece os procedimentos relativos ao Sistema Nacional de Armas e a aquisição, registro, posse, porte, cadastro e comercialização de armas de fogo	MJ - Ministério da Justiça	Federal
Lei 14047/20	Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário, sobre a cessão de pátios da administração pública e sobre o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a	Governo Federal	Federal
Instrução Normativa 66/20	Estabelece a lista de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE de atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária por grau de risco e dependente de informação para fins de licenciamento sanitário, conforme previsto	ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Federal

**REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS  
MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL**

Data da Atualização

28/06/2024

Portaria 395/20	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Empresa Inspetora de Contentores	INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial	Federal
Nota Técnica 01/21	Nota Técnica sobre a proteção à saúde e igualdade de oportunidades no trabalho para trabalhadoras gestantes em face da segunda onda da pandemia do COVID-19.	MPT - Ministério Público do Trabalho	Federal
Decreto 9254/21	Dispõe sobre o funcionamento parcial e condicionado de estabelecimentos comerciais e empresariais, prestadores de serviços e outras atividades no município de santos, nos casos e nas condições que especifica, e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Decreto 9261/21	Dispõe sobre o funcionamento parcial e condicionado de estabelecimentos comerciais e empresariais, prestadores de serviços e outras atividades no Município de Santos, nos casos e nas condições que especifica, e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Decreto 14214/21	Estabelece regras emergenciais para o funcionamento das atividades comerciais, empresariais, dos prestadores de serviços e disciplina a circulação de pessoas (Lockdown) no período que especifica e dá outras providências.	Governo Municipal	Guarujá - SP
Resolução 27/21	Institui o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR do Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos - Sigor, estabelece diretrizes para sua implementação e dá providências correlatas	SIMA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente	Estadual - SP
Decreto 14238/21	Estabelece regras temporárias para o funcionamento parcial e condicionado das atividades comerciais, empresariais e de prestação de serviços nos casos que especifica, e dá outras providências.	Governo Municipal	Guarujá - SP
Decreto 3650/21	Dispõe sobre o funcionamento parcial e condicionado de estabelecimentos comerciais e empresariais, prestadores de serviços e outras atividades no Município de Bertioga, nos casos e nas condições que especifica, e dá outras providências.	Governo Municipal	Bertioga - SP
Portaria 4334/21	Dispõe sobre o procedimento e as informações para a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), de que trata o art. 22 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. (Processo nº 10132.100084/2021-71).	SEPRT - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	Federal
Decreto 3664/21	Adota novas determinações no Município de Bertioga diante do novo pronunciamento do Governo do Estado de SP, colocando todo o estado na fase de transição, nos termos que especifica.	Governo Municipal	Bertioga - SP
Decreto 9301/21	Dispõe sobre o funcionamento parcial e condicionado de estabelecimentos comerciais e empresariais, prestadores de serviços e outras atividades no município de Santos, nos casos e nas condições que especifica, e dá outras providências.	Governo Municipal	Santos - SP
Decisão de Diretoria 47/2020//C	Dispõe sobre procedimento para recebimento e tratamento de resíduos de serviços de saúde classificados como Grupo B conforme a Resolução	CETESB - Companhia Ambiental do Estado de SP	Estadual - SP
Decreto 3674/21	Adota novas determinações no Município de Bertioga diante do novo pronunciamento do Governo do Estado de SP, prorrogando a fase de transição em todo o estado, nos termos que especifica.	Governo Municipal	Bertioga - SP
Lei 14151/21	Dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus.	Governo Federal	Federal

**REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS**  
**MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL**

Data da Atualização

28/06/2024

Portaria Conjunta 71/21	Dispõe sobre o cronograma de implantação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial). (Processo nº 19964.107809/2021-34).	SEPRT/RFB - Secretaria Especial de Previdência e S. Especial da Receita Federal do Brasil	Federal
Portaria 303/21	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Recipientes Transportáveis para Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - Consolidado.	INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial	Federal
Resolução 859/21	Dispõe sobre o sistema de segurança para a circulação de caminhões com carroceria do tipo basculante e de caminhões tratores destinados a movimentação e operação de veículos rebocados com carroceria tipo basculante.	CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito	Federal
Portaria 320/21	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Embalagens, Tanques Portáteis e Contentores Intermediários para Granéis - IBC, utilizados no	INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial	Federal
Decreto 65897/21	Dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, e dá providências complementares.	Governo Estadual	Estadual - SP
Nota Técnica 03/21	Nota Técnica sobre a proteção à saúde de trabalhadoras gestantes, lactantes e proteção à primeira infância em face da pandemia de COVID 19	MPT - Ministério Público do Trabalho	Federal
Instrução Normativa 12/21	Regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, revoga os atos normativos consolidados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e atualiza o rol de ocupações, considerando os profissionais sob	IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	Federal
Instrução Normativa 13/21	Regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais e revoga os atos normativos consolidados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de	IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	Federal
Portaria 384/21	Aprova a Regulamentação Técnica para Reservatório de Água Potável - Consolidado.	INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial	Federal
Portaria 313/21	Dispõe sobre a implantação do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) em meio eletrônico, de que tratam os §§ 3º e 8º do art. 68 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 30 de junho de 2020.	MTP - Ministério do Trabalho e Previdência	Federal
NBR 7501	Transporte terrestre de produtos perigosos - Terminologia.	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Portaria 620/21	Proíbe a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros, ressalvadas, nesse caso, as hipóteses de	MTP - Ministério do Trabalho e Previdência	Federal
Portaria 671/21	Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.	MTP - Ministério do Trabalho e Previdência	Federal

**REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS**  
**MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL**

Data da Atualização

28/06/2024

Lei 14250/21	Dispõe sobre a eliminação controlada de materiais, de fluidos, de transformadores, de capacitores e de demais equipamentos elétricos contaminados por bifenilas policloradas (PCBs) e por seus resíduos.	Governo Federal	Federal
Portaria 672/21	Disciplina os procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho e dá outras providências.	MTP - Ministério do Trabalho e Previdência	Federal
Resolução 65/21	Estabelece os procedimentos para operações com produtos perigosos quando em trânsito por instalações portuárias situadas dentro ou fora da área do porto organizado, conforme o disposto no art. 27, inciso XIX, da Lei nº 10.233, de 2001, no art. 3º da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e	ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários	Federal
Instrução Normativa 22/21	Regulamenta o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais e revoga os atos normativos consolidados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019	IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	Federal
Decreto 10936/22	Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos	Governo Federal	Federal
Instrução Normativa 128/22	Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.	MTP/INSS - Ministério do Trabalho e Previdência e Instituto Nacional do Seguro	Federal
Resolução 664/22	Dispõe sobre as Boas Práticas Sanitárias para o Sistema de Abastecimento de Água ou Solução Alternativa Coletiva de Abastecimento de Água em Portos, Aeroportos e Passagens de Fronteiras.	ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Federal
Portaria Interministerial 107/22	Disciplina a eliminação controlada de Bifenilas Policloradas - PCB, aprova o Manual de Gestão de PCB para equipamentos elétricos e implementa o sistema Inventário Nacional de PCB, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.250, de 25 de novembro de 2021, e no Decreto nº 5.472, de 20 de junho	MME/MMA - Ministério de Minas e Energia e Ministério do Meio Ambiente	Federal
NBR 16820	Sistemas de sinalização de emergência - Projeto, requisitos e métodos de ensaio.	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Resolução 958/22	Dispõe sobre os limites de emissões de gases e partículas pelo escapamento de veículos automotores, sua fiscalização pelos agentes de trânsito, requisitos de controle de gases do cárter e sons produzidos por equipamentos utilizados em veículos	CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito	Federal
Portaria 3318/22	Aprova os critérios e procedimentos para a classificação de bar-ragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico, localizadas em cursos d'água de domínio do Estado de São Paulo, e dá outras providências relativas ao Plano de Segurança de	DAEE - Depto. de Águas e Energia Elétrica	Estadual - SP
Decreto 66819/22	Reformula o Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira - CADMADEIRA, criado pelo Decreto nº 53.047, de 2 de junho de 2008, e dá providências correlatas	Governo Estadual	Estadual - SP
Resolução 970/22	Dispõe sobre as características e especificações técnicas dos sistemas de sinalização, de iluminação e seus dispositivos, bem como sobre o uso de lanternas especiais em veículos	CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito	Federal
Instrução Normativa 161/22	Estabelece os padrões microbiológicos dos alimentos.	ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Federal
Resolução 717/22	Dispõe sobre os requisitos sanitários das águas envasadas e dogelo para consumo humano	ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Federal



## REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Data da Atualização

28/06/2024

Lei 14457/22	Institui o Programa Emprega + Mulheres; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 11.770, de 9 de setembro de 2008, 13.999, de 18 de maio de 2020, e 12.513, de 26 de outubro de 2011	Governo Federal	Federal
Resolução 2323/22	Dispõe de normas específicas para médicos que atendem o trabalhador.	CFM - Conselho Federal de Medicina	Federal
Resolução 5998/22	Atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, aprova suas Instruções Complementares, e dá outras providências.	ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres	Federal
Decisão de Diretoria 130/2022/P	Estabelece Termo de Referência para elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) no âmbito do licenciamento ambiental do estado de São	CETESB - Companhia Ambiental do Estado de SP	Estadual - SP
Lei 1498/22	Dispõe sobre a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos de logística reversa, suas partes, seus componentes, e dá outras providências.	Governo Municipal	Bertioga - SP
Decreto 11300/22	Regulamenta o § 2º do art. 32 e o § 1º do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e institui o sistema de logística reversa de embalagens de vidro.	Governo Federal	Federal
Decreto 67409/22	Cria o Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que produzem produtos e subprodutos de origem mineral - CADMINÉRIO e estabelece procedimentos para sua aquisição pelo Governo do Estado de São Paulo	Governo Estadual	Estadual - SP
NBR 14619	Transporte terrestre de produtos perigosos - Incompatibilidade química	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Guia s/n	SIGOR - Módulo MTR - Guia Rápido.	CETESB - Companhia Ambiental do Estado de SP	Estadual - SP
NBR 9735	Conjunto de equipamentos para emergências no transporte terrestre de produtos perigosos	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
NBR 7500	Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos.	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Resolução 1137/23	Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, o Acervo Técnico-Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras providências.	CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Federal
Instrução Normativa 05/23	Estabelece aos expedidores os procedimentos e as orientações para o cadastro de informações de rotas dos fluxos de transporte de produtos perigosos ao DNIT.	DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	Federal
NBR 7503	Transporte terrestre de produtos perigosos - Ficha de emergência - Requisitos mínimos	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
NBR 14725	Produtos químicos - Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente - Aspectos gerais do Sistema Globalmente Harmonizado (GHS), classificação, FDS e rotulagem de produtos químicos. [Esta versão corrigida da ABNT NBR 14725-1:2023 incorpora a Errata 1, de 28.02.2024.]	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
NBR 16725	Resíduo químico perigoso - Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente - Ficha com dados de segurança de resíduos (FDSR) e rotulagem	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Portaria 01/24	Disciplina, no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária - Sevisa, o licenciamento sanitário dos estabelecimentos de interesse da saúde e das fontes de radiação ionizante, e dá providências correlatas	CVS - Centro de Vigilância Sanitária	Estadual - SP

**REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS**  
**MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL**

Data da Atualização

28/06/2024

Resolução 2376/24	Os serviços médicos ambulatoriais de atendimento ao trabalhador e os médicos do trabalho responsáveis pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) são obrigados a ter registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) da jurisdição onde atuam.	CFM - Conselho Federal de Medicina	Federal
Deliberação Normativa 01/24	Fixa tipologia para o licenciamento ambiental municipal de empreendimentos e atividades que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, nos termos do Art. 9º, inciso XIV, alínea "a", da Lei Complementar Federal nº 140/2011.	Governo Estadual	Estadual - SP
NBR 17076	Projeto de sistema de tratamento de esgoto de menor porte - Requisitos	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Federal
Lei Complementar 44/98	Código de Posturas.	Governo Municipal	Guarujá - SP